

INFORMS

**INFORMATIVO
MERCOSUL SHIPPING**

**RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO**

**Edição 075/2021
Data: 19/05/2021**

ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP)	3
MINISTRO DA INFRAESTRUTURA APRESENTA ESTUDO PARA DESESTATIZAÇÃO DA FERROESTE	3
COMÉRCIO EXTERIOR DEVE CRESCER 5% NOS PORTOS BRASILEIROS, DIZ MAERSK	3
COVID-19: PORTUÁRIOS E PREFEITURA DE SANTOS DISCUTEM VACINAÇÃO PARA 8 MIL TRABALHADORES	5
ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS	6
ANTAQ REALIZARÁ CONSULTA PÚBLICA REFERENTE À TEMA DE AGENDA REGULATÓRIA SOBRE COBRANÇA DE THC	6
ANTAQ REALIZARÁ AUDIÊNCIA VIRTUAL SOBRE LICITAÇÃO DE ÁREA NO PORTO DE SANTOS EM 1º DE JUNHO	7
DIRETORIA DA ANTAQ APROVA AGENDA AMBIENTAL E DE SEGURANÇA AQUAVIÁRIA 2021/2022.....	8
O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP	8
31.189 TONELADAS DE PRODUTOS DESEMBARCANDO NO RECIFE	8
GOVERNADOR ASSINA CONCESSÃO DA ÁREA PARA MOVIMENTAÇÃO DE VEÍCULOS NO PORTO DE PARANAGUÁ	9
OPERAÇÕES DE CELULOSE COMPLETAM UM ANO DE EXECUÇÃO NO PORTO DE ÍMBITUBA	10
ANUÁRIO DO COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO 2020 MOSTRA MEDIDAS E AVANÇOS DO SETOR EM MEIO À PANDEMIA	11
SOPESP PARTICIPA DE REUNIÃO QUE PEDE ANTECIPAÇÃO DA VACINAÇÃO PARA OS TRABALHADORES PORTUÁRIOS.....	12
BRASIL EXPORT – FÓRUM NAC. DE LOGIST. E INFRAEST. PORTUÁRIA	13
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA APOSTA NA FERROGRÃO PARA GERAR 160 MIL EMPREGOS E REDUZIR EM R\$ 20 BILHÕES O CUSTO LOGÍSTICO DO SETOR PRODUTIVO.....	13
ISTOÉ - DINHEIRO	14
PREÇOS DO PETRÓLEO CAEM POR TEMOR COM PANDEMIA NA ÁSIA E POSSÍVEL ALTA DE JUROS NOS EUA	14
CHINA AFIRMA QUE AGIRÁ PARA ESTABILIZAR MERCADO DE COMMODITIES.....	15
USINAS NO BRASIL REDUZEM ALGUMA PRODUÇÃO DE AÇÚCAR PARA FOCAR NO ETANOL, DIZ DATAGRO	15
MONEYTIMES	16
AÇO E MINÉRIO DE FERRO CAEM NA CHINA COM ALÍVIO EM TEMOR DE RESTRIÇÕES A SIDERÚRGICAS.....	16
GOVERNO LANÇA PACOTE DE MEDIDAS A CAMINHONEIROS	17
AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS	18
CONDIÇÕES PARA PRIVATIZAÇÃO DA ELETROBRAS FORAM ACORDADAS COM GOVERNO, DIZ RELATOR	18
TÉRMICAS E PCHs SÃO CONDIÇÕES PARA PRIVATIZAÇÃO DA ELETROBRAS EM NOVA PROPOSTA	20
OPOSIÇÃO ACIONA STF PARA IMPEDIR VOTAÇÃO DA PRIVATIZAÇÃO DA ELETROBRAS	22
TOTAL ESTREIA SEU COMBUSTÍVEL DE AVIAÇÃO SUSTENTÁVEL EM VOO DA AIR FRANCE	24
HUBS DE NEGOCIAÇÃO PODERÃO FOMENTAR LIQUIDEZ NO MERCADO BRASILEIRO DE GÁS NATURAL?	25
QUEDA NA ATIVIDADE ECONÔMICA REDUZIU EM 3% CONSUMO DE ENERGIA NO MÊS DE ABRIL, MOSTRA ÍNDICE COMERC	27
JORNAL O GLOBO – RJ	28
FUNCIONÁRIOS DA ELETROBRAS PODERÃO SER ALOCADOS EM OUTRAS ESTATAIS, PREVÊ MP DE PRIVATIZAÇÃO QUE SERÁ VOTADA HOJE.....	28
O ESTADO DE SÃO PAULO - SP	29
LÍDERES DA OPOSIÇÃO VÃO RECORRER AO STF PARA TENTAR BARRAR MP DE PRIVATIZAÇÃO DA ELETROBRAS.....	29
VALOR ECONÔMICO (SP)	30
TARCÍSIO: MUDANÇAS NA INFRAESTRUTURA DE ESTRADAS SERÃO FEITAS PELO SETOR PRIVADO	30
GREVE NOS PORTOS PARALISA EMBARQUE DE GRÃOS NA ARGENTINA, DIZ AGÊNCIA.....	31
MINÉRIO DE FERRO INTERROMPE SÉRIE DE ALTAS E CAI 3,7% NO PORTO DE QINGDAO	32
CSN ALEGA ALTA DE CUSTOS E PREPARA REAJUSTE DE 15%	32
PORTAL PORTOS E NAVIOS	33
KAWASAKI FORNECERÁ PRIMEIRO AUV COM BRAÇO ROBÓTICO PARA INSPEÇÕES SUBMARINAS.....	33
MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA	34
MERCOSHIPPING DISPONIBILIZA O INFORMS TAMBÉM ATRAVÉS DE RSS	34



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

MINISTRO DA INFRAESTRUTURA APRESENTA ESTUDO PARA DESESTATIZAÇÃO DA FERROESTE

No trecho em operação da ferrovia, os produtos mais transportados são grãos, contêineres e cimento



<https://www.atribuna.com.br/storage/Noticias/Porto & Mar/img2958664811377.webp>

Segundo o Ministério da Infraestrutura, são esperados R\$ 8 bilhões em investimentos - Foto: Ricardo Botelho/Ministério da Infraestrutura

O Ministério da Infraestrutura apresentou ontem o estudo de viabilidade técnico econômica que visa a desestatização da Estrada de Ferro Paraná Oeste, mais conhecida como Ferroeste. Durante o evento, que contou com a participação do

ministro da Infraestrutura, Tarcísio de Freitas, e dos governadores do Paraná, Ratinho Júnior, e do Mato Grosso do Sul, Reinaldo Azambuja, também foi assinado o contrato de arrendamento do terminal portuário PAR12, localizado no Porto de Paranaguá (PR).

Os dois estados estão entre os que serão mais beneficiados pelos dois empreendimentos, uma vez que boa parte da produção agrícola do MS poderá ser escoada pela ferrovia até o Porto de Paranaguá. No trecho em operação da ferrovia, os produtos mais transportados são grãos, contêineres e cimento.

A Ferroeste ligará as cidades paranaenses de Guarapuava e Cascavel. A expectativa é de uma extensão da ferrovia até a cidade de Dourados, no Mato Grosso do Sul (MS). Segundo o Ministério da Infraestrutura, são esperados R\$ 8 bilhões em investimentos.

Tarcísio defendeu o avanço da ferrovia até Mato Grosso do Sul, o que, segundo ele, “ligará umbilicalmente” o estado com o Porto de Paranaguá. “Tenho certeza de que, no futuro, estaremos capturando carga também no Paraguai”, disse o ministro.

O governador do MS, Reinaldo Azambuja, lembrou que a ferrovia diminuirá o fluxo de cargas na BR-262 que, segundo ele, “está se deteriorando com as 300 carretas que passam todos os dias por ali”.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 19/05/2021

COMÉRCIO EXTERIOR DEVE CRESCER 5% NOS PORTOS BRASILEIROS, DIZ MAERSK

Líder mundial no transporte de contêineres também prevê crescimento na movimentação de cargas no Brasil

Por: Fernanda Balbino

As operações de comércio exterior devem crescer 5% neste ano. Os dados globais foram apresentados, nesta terça (18), pela Maersk, líder mundial no transporte de contêineres, que também prevê crescimento na movimentação de cargas entre os portos brasileiros. Entre janeiro e abril, o volume de importações e exportações cresceu 9%. Mesmo com as boas perspectivas, os problemas com falta de caixas metálicas devem persistir até o final do ano.



<https://www.tribuna.com.br/storage/Noticias/Porto & Mar/img4772838912733.webp>

Comércio Exterior deve crescer 5%, diz Maersk - Foto: Luigi Bongiovanni-arquivo

De acordo com o diretor Comercial da Maersk para a Costa Leste da América Latina, Douglas Piagentini, três fatores causaram a escassez de contêineres em todo o mundo. O primeiro deles, sentido desde o ano passado, foi a pandemia de covid-19,

que causou instabilidade nos mercados e ainda o fechamento de portos mundo afora.

O afastamento de trabalhadores nos complexos portuários e armazéns e também é outro ponto levantado por Piagentini. O executivo ainda destaca a redução de, pelo menos, 40% na reposição de novos contêineres no mercado. Neste caso, o fechamento de fábricas e a alta no preço do aço foram os fatores que causaram o desbalanceamento da oferta de caixas metálicas em todo o mundo.

Esses fatores somados à crise causada pelo encalhe de um navio durante seis dias no Canal de Suez, no Egito, ajudaram a agravar o problema. Isto porque de 30% a 35% das caixas metálicas que chegam à América Latina passam pela rota que teve o tráfego interrompido.

“Tudo isso, de forma negativa, contribuiu para situação que nós estamos com menos equipamento disponível e menos equipamento rodando no mercado. Importante entender necessidade do cliente de quanto tempo ele precisa do contêiner”, afirmou o diretor da Maersk.

Mesmo com esse problema sendo enfrentado em diversas partes do mundo, as perspectivas são positivas, segundo o executivo. “Para o Brasil, espera-se que as exportações se recuperem a médio prazo, pela procura de produtos agrícolas e minerais”.

Crescimento do mercado

Segundo Piagentini, as exportações cresceram 6% no primeiro quadrimestre deste ano. Já as importações subiram 11% no período.

O executivo aponta que, no caso dos embarques, os números têm como causa a alta safra e o crescimento do mercado brasileiro. Nestes casos, os destaques são as exportações de algodão, café e açúcar, que cresceram 28%, 18% e 19%, respectivamente.

Já com relação aos desembarques, o índice foi impulsionado pela melhoria na demanda e pelo efeito da covid-19 relacionado ao e-commerce. De acordo com Piagentini, o que se vê é um aumento no volume de importação de produtos para atender a uma mudança na forma de comercialização.

Nesta linha, as importações de plástico e borracha saltaram 23%, enquanto os desembarques de maquinários e aparelhos eletrônicos saltaram 23%. Já as descargas de produtos têxteis e de couro subiram 24%, enquanto os bens de consumo acumulam crescimentos de 28%.

“O crescimento da indústria do comércio eletrônico, a necessidade de maior visibilidade da cadeia de abastecimento e o aumento da procura de soluções planejamento são os principais fatores que impulsionam o crescimento do mercado”, afirmou o diretor da Maersk.

O executivo ainda apontou a busca da armadora por oferecer soluções de tecnologia para seus clientes. “A Maersk busca tornar-se uma das cinco maiores empresas de logística no Brasil até 2025”.

Fonte: A Tribuna Digital - SP
Data: 19/05/2021

COVID-19: PORTUÁRIOS E PREFEITURA DE SANTOS DISCUTEM VACINAÇÃO PARA 8 MIL TRABALHADORES

Liberação de doses será debatida com o governo do Estado na próxima sexta-feira (21)

Por: **Fernanda Balbino**



<https://www.tribuna.com.br/storage/Noticias/Porto & Mar/img3226742410656.webp>

Categoria se reuniu com o prefeito Rogério Santos (PSDB) no Paço Municipal - Foto: Anderson Bianchi/Prefeitura de Santos

A destinação de doses de vacina contra a covid-19 a cerca de 8 mil trabalhadores que atuam no Porto de Santos será debatida, na próxima sexta-feira (21), entre os portuários e o Governo do Estado. Nesta terça-feira (18), sindicalistas se reuniram com representantes do Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo (Sopesp) e com a Autoridade Portuária de Santos (APS) para debater o tema na sede da Prefeitura de Santos. E o prefeito se comprometeu a ajudar a categoria.

Em janeiro, profissionais da área de transporte – como os portuários, aquaviários e caminhoneiros – foram incluídos no grupo prioritário para a vacinação pelo Ministério da Saúde. Em todo o País, a pasta estima que 111.397 pessoas atuem em portos. Já os envolvidos na navegação são 41.515.

Porém, até agora, não houve uma sinalização de quando os trabalhadores serão imunizados. Os portuários já realizaram protestos e planejam uma greve nacional, caso não seja divulgado o calendário de vacinação da categoria.

Agora, o prefeito de Santos, Rogério Santos (PSDB), se comprometeu a ajudar os portuários na interlocução com o Estado. Medidas semelhantes foram adotadas nos portos de Itaquí (MA) e em Maceió (AL). Em ambos os casos, as gestões das administrações municipais garantiram doses de vacinas aos portuários.

“Entendo que foi correto definir a vacinação por grupos etários, mas depois houve abertura para outros, como trabalhadores da Saúde e Segurança”, afirmou o prefeito.

Na região, o número de profissionais envolvidos na atividade é grande. Segundo levantamento da Federação Nacional das Operações Portuárias (Fenop), nos portos de Santos e São Sebastião, 15.813 trabalhadores deverão ser vacinados, considerando apenas os avulsos (TPA) e vinculados de terminais.

No entanto, uma parcela desses portuários já pode ter sido imunizada por estarem em outros grupos prioritários. Entre eles, estão pessoas com mais de 50 anos e com comorbidades, como hipertensão, diabetes e doenças cardíacas.

O plano nacional de vacinação ainda inclui os profissionais que atuam em funções que não se limitam apenas ao cais. Na lista, há, ainda, 1.027 funcionários das administrações de ambos os portos, mais os terceirizados.

Além disso, também são estimados cerca de 350 servidores de órgãos públicos envolvidos na atividade portuária também deverão ser imunizados. Entre eles, estão funcionários da Receita Federal, da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), do Sistema de Vigilância Agropecuária Internacional (Vigiagro) e do Instituto Brasileiro de Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

De acordo com o Ministério da Saúde, quando for iniciada a imunização, ela também será feita de acordo com as faixas etárias. Os portuários mais velhos, entre 50 e 59 anos, serão vacinados

primeiro. Depois, os de 40 a 49 anos, seguidos pelos de 30 a 39 anos e, posteriormente, os de 18 a 29 anos.

Pressão

Segundo o presidente do Sindicato dos Estivadores de Santos e Região (Sindestiva), Bruno Silva, o encontro foi positivo e será importante a presença do prefeito Rogério Santos (PSDB) na reunião no Governo do Estado.

“A categoria está com pressa. Os trabalhadores querem se vacinar para continuar trabalhando e estão pressionando e cogitando uma paralisação. Vou passar as informações da melhor maneira possível, mas vamos ver como a categoria vai receber”, afirmou Silva.

Em nota, o Sopesp, que foi representado pelo presidente Regis Gilberto Prunzel, destacou que a “reunião pleitou a intenção de antecipar a vacinação dos trabalhadores portuários”.

O diretor-presidente da APS, Fernando Biral, defendeu a antecipação da vacinação dos portuários, visto que a categoria está incluída no grupo prioritário do Plano Nacional de Imunização. “O trabalhador portuário é um dos mais expostos nessa pandemia. E é uma das atividades essenciais para o País. Estamos à disposição para trabalhar em conjunto”

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 19/05/2021



Agência Nacional de Transportes Aquaviários

ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS

ANTAQ REALIZARÁ CONSULTA PÚBLICA REFERENTE À TEMA DE AGENDA REGULATÓRIA SOBRE COBRANÇA DE THC

Contribuições poderão ser enviadas a partir de 31 de maio

A ANTAQ realizará, entre os dias 31 de maio e 14 de julho de 2021, consulta e audiência públicas para receber contribuições visando ao aprimoramento da proposta de alteração normativa que busca concretizar entendimento regulatório acerca do Tema 3.1, da Agenda Regulatória do biênio 2020/2021: Sistematizar mecanismo de análise e apuração de possíveis abusividades relacionadas à cobrança de THC de usuários, por parte dos armadores que atracam em instalações portuárias brasileiras. Trata-se da Audiência Pública No 11/2021.

As minutas jurídicas e os documentos técnicos estarão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: <https://www.gov.br/antag/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/participacao-social/>.

Serão consideradas pela Agência apenas as contribuições, subsídios e sugestões que tenham por objeto as minutas colocadas em consulta e audiência públicas. As contribuições poderão ser dirigidas à ANTAQ até às 23h59 do dia 14/07/2021, exclusivamente por meio e na forma do formulário eletrônico disponível no site <https://www.gov.br/antag/pt-br>, não sendo aceitas contribuições enviadas por meio diverso.

Será permitido, exclusivamente através do e-mail anexo_audiencia112021@antag.gov.br, mediante identificação do contribuinte e no prazo estipulado no aviso, anexar imagens digitais, tais como mapas, plantas e fotos, sendo que as contribuições em texto deverão ser preenchidas nos campos apropriados do formulário eletrônico.

Caso o interessado não disponha dos recursos necessários para o envio da contribuição por meio do formulário eletrônico, poderá fazê-lo utilizando o computador da Secretaria-Geral - SGE, da Agência, no caso de Brasília/DF, ou nas suas unidades regionais, cujos endereços se encontram disponíveis no site da ANTAQ.



As contribuições recebidas serão disponibilizadas aos interessados no site da Agência: <https://www.gov.br/antaaq/pt-br>.

Audiência Pública

Com o objetivo de fomentar a discussão e esclarecer eventuais dúvidas sobre o ato normativo deste aviso, será realizada audiência pública, na forma presencial ou telepresencial a depender das condições de saúde pública vigentes, em data, horário e local a serem definidos e comunicados oportunamente.

Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários
Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ

Fone: (61) 2029-6520

FAX: (61) 2029-6517

E-mail: asc@antaaq.gov.br

Data: 19/05/2021

ANTAQ REALIZARÁ AUDIÊNCIA VIRTUAL SOBRE LICITAÇÃO DE ÁREA NO PORTO DE SANTOS EM 1º DE JUNHO

Área a ser licitada movimentará granéis sólidos vegetais

A ANTAQ estabeleceu que a audiência pública presencial prevista no âmbito do Aviso de Audiência Pública nº 10/2021-ANTAQ ocorrerá no modelo virtual no dia 1º de junho de 2021, com início às 15h e término quando da manifestação do último credenciado, sendo 18h o horário limite para encerramento. A audiência visa ao recebimento de contribuições para o aprimoramento dos documentos técnicos e jurídicos relativos à realização de certame licitatório referente ao arrendamento de área portuária localizada dentro da poligonal do Porto Organizado de Santos/SP, destinada à instalação de terminal dedicado à movimentação e armazenagem de granéis sólidos vegetais, denominado STS11.

A dinâmica da audiência pública virtual será a seguinte:

Toda a sessão virtual será transmitida via streaming a toda a Internet, gravada e disponibilizada no canal da ANTAQ no "Youtube";

Não é necessária inscrição para assistir à Audiência Pública;

Os interessados em manifestar-se na audiência deverão se inscrever pelo aplicativo de mensagens "Whatsapp" no número (61) 2029-6940. O período de inscrição será das 10h às 14h do dia 1º de junho de 2021;

Os interessados poderão enviar sua contribuição por vídeo, áudio ou até mesmo por escrito no "Whatsapp";

Os interessados também poderão se manifestar entrando na sala de reunião criada no aplicativo "ZOOM". Para isso, no ato de inscrição, o interessado deverá se manifestar nesse sentido e encaminhar seu endereço eletrônico de login no "ZOOM" para ser convidado a entrar na sala na sua vez; e

Em caso de problemas computacionais para utilização da ferramenta "ZOOM" será realizada uma segunda tentativa de conexão ao final de todas as contribuições ou o interessado poderá encaminhar sua contribuição pelo "Whatsapp".

Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários
Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ

Fone: (61) 2029-6520

FAX: (61) 2029-6517

E-mail: asc@antaaq.gov.br

Data: 19/05/2021

DIRETORIA DA ANTAQ APROVA AGENDA AMBIENTAL E DE SEGURANÇA AQUAVIÁRIA 2021/2022

A Agenda é bienal e tem por objetivo divulgar e orientar regramentos ambientais e de segurança no âmbito do sistema aquaviário nacional

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ aprovou em sua última reunião ordinária (500ª ROD) a Agenda Ambiental e de Segurança Aquaviária 2021/2022 da Autarquia. O documento tem por finalidade dar publicidade aos objetivos e ações prioritárias no âmbito do sistema aquaviário nacional.

A Agenda também tem por intuito orientar as administrações portuárias e os prestadores de serviço do setor em relação aos preceitos e regramentos ambientais e de segurança, interagindo com os demais atores reguladores e com as diretrizes de sustentabilidade do Ministério da Infraestrutura – Minfra.

"Por meio da Agenda, a sociedade em geral vai poder conhecer tudo o que está em pauta na Agência sobre questões ambientais, de sustentabilidade e de segurança", observou o superintendente de Desempenho, Desenvolvimento e Sustentabilidade da ANTAQ, José Renato Fialho.

O Acórdão nº 261/2021-ANTAQ, aprovando a Agenda Ambiental e de Segurança Aquaviária, foi publicado na edição do Diário Oficial da União desta quarta-feira (19), Seção 1.

Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários
Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ

Fone: (61) 2029-6520

FAX: (61) 2029-6517

E-mail: asc@antag.gov.br

Data: 19/05/2021



O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP

31.189 TONELADAS DE PRODUTOS DESEMBARCANDO NO RECIFE

Informação: Porto do Recife (19 de maio de 2021)



https://www.sopesp.com.br/wp-content/uploads/2021/05/img_4880-768x512.jpg

Foto: Coordenadoria de Imprensa

A terceira semana de maio começou bastante movimentada no Porto do Recife. Duas embarcações atracaram no terminal e juntas vão descarregar 31.189 toneladas de diversos produtos.

No Kiwi Arrow, que chegou nesta segunda-feira (17/05), tem barrilha, fertilizantes e bobina de aço chegando à capital pernambucana. A embarcação chinesa chegou da África do Sul para descarregar 24.189 toneladas das três cargas. A previsão é que o navio desatraque no domingo (23/05) com destino a cidade de Santos.

No cais três, o navio Saga Journey, de bandeira honkonguiana, chegou ao Recife na última sexta-feira (14/05). Com 199,20 metros de comprimento, a embarcação descarrega sete mil toneladas de

barrilha turca. Com a finalização da operação prevista para esta terça-feira (18/04), o Saga deixa o Porto com destino para Salvador.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 19/05/2021

GOVERNADOR ASSINA CONCESSÃO DA ÁREA PARA MOVIMENTAÇÃO DE VEÍCULOS NO PORTO DE PARANAGUÁ

Informação: Portos do Paraná (19 de maio de 2021)



https://www.sopesp.com.br/wp-content/uploads/2021/05/60a3ebe074abb-psx_20210518_110430-768x512.jpg

A empresa Ascensus Gestão e Participações passa a administrar o terminal pelos próximos 25 anos. Estão previstos R\$ 22 milhões de investimentos, com a geração de emprego e renda no litoral paranaense. Foto: Jonathan Campos/ AENP

O governador Carlos Massa Ratinho Junior assinou nesta terça-feira (18), em Brasília (DF), ao lado do ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, o contrato de concessão da área destinada à movimentação de veículos no Porto de Paranaguá. A empresa Ascensus Gestão e Participações passa a administrar o terminal pelos próximos 25 anos. Estão previstos R\$ 22 milhões de investimentos, com a geração de emprego e renda no litoral paranaense. A solenidade ocorreu no Ministério da Infraestrutura.

A área foi arrematada por R\$ 25 milhões, em dezembro de 2020, em pregão na Bolsa de Valores de São Paulo (B3). Foi o primeiro leilão realizado pelo Paraná, primeiro estado do País a receber autonomia para administrar os contratos de exploração de áreas, em agosto de 2019.

“É um momento de muito orgulho para todos do Paraná a assinatura deste contrato. O leilão foi um sucesso, com ágio acima do esperado pelo mercado. Vai permitir que o Porto de Paranaguá siga avançando, ampliando a capacidade de exportação”, destacou Ratinho Junior. “Desenvolvimento do terminal que só vem ocorrendo graças ao apoio integral do Ministério da Infraestrutura”.

O governador lembrou que o planejamento do complexo portuário prevê investimentos de mais de R\$ 920 milhões nos próximos anos. O principal deles, citou, é o chamado Moegão Leste. O projeto prevê unificar a recepção de cargas ferroviárias. Em vez de precisar desmembrar a composição e descarregar em dez terminais diferentes (1 público e 9 privados) como é feito atualmente, todo o material será deixado em um ponto fixo. De lá, por esteiras transportadoras, é encaminhado ao respectivo terminal. O investimento é de R\$ 450 milhões, com recursos do Governo do Estado. A previsão é que a licitação do projeto ocorra no segundo semestre deste ano.

Ratinho Junior também destacou que está em execução o projeto básico da remodelação do Corredor de Exportação (Correx), com um novo sistema integrado. “Projetos que vão ampliar consideravelmente a capacidade de carga e descarga, transformando o Porto de Paranaguá no maior corredor de exportação de grãos do mundo”, disse.

ESTRUTURA – A concessão contempla o terminal PAR12, como é chamada a área greenfield (ou seja, limpa, sem qualquer construção), está localizada na retaguarda do Terminal de Contêineres de Paranaguá (TCP), em área adjacente ao terminal arrendado à Volkswagen. São 74,1 mil metros quadrados de área e capacidade estática para quatro mil veículos e armazenagem anual de 120 mil veículos.

Para atender as montadoras instaladas no Paraná e também em outros pontos do País, a Ascensus vai investir em implantação de equipamentos e edificações a serem utilizados na movimentação e armazenagem de cargas Roll-on/Roll-off (automóveis de passeio, veículos comerciais leves, utilitários, caminhões, ônibus, tratores e outras cargas). Ao fim dos 25 anos de contrato, o que foi investido ficará com o Porto de Paranaguá.



As cargas Roll-on/Roll-off são caracterizadas por embarcar e desembarcar nos navios pelos seus próprios meios, sem necessitar de equipamentos para carregamento. Nesta modalidade, a demanda estimada em Paranaguá vai de 287 mil a 461 mil veículos/ano entre 2021 e 2045.

“O Porto de Paranaguá está cada vez maior e mais importante para o Paraná e o País, à altura da potência e relevância do Estado, que merece e terá uma grande logística e infraestrutura”, afirmou o ministro da Infraestrutura.

NOVOS LEILÕES – No ano passado, além do leilão da PAR12, o contrato de concessão da área PAR01 (localizada no cais do Porto de Paranaguá) foi assinado com a Klabin, que vai investir cerca de R\$ 130 milhões em um terminal para movimentação de celulose, na área primária.

Outras cinco áreas ainda estão disponíveis para novos arrendamentos no porto paranaense. Duas delas, um terminal de líquidos (PAR50) e um de carga geral (PAR32) já tiveram as audiências públicas realizadas e devem ser leiloados ainda este ano. As outras três áreas – PAR09, PAR14 e PAR15 – destinadas à movimentação de grãos sólidos de exportação já estão em estudo, com expectativa de abertura da consulta no segundo semestre deste ano.

Com os novos arrendamentos, a expectativa é ultrapassar R\$ 1,3 bilhão em investimentos privados e aumentar ainda mais a competitividade e a movimentação dos Portos do Paraná. “O Porto de Paranaguá está na vanguarda na busca por soluções, graças a um trabalho exemplar de todos do Governo do Estado”, disse o diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), Eduardo Nery.

PRESENCAS – Participaram da solenidade os secretários Sandro Alex (Infraestrutura e Logística) e Norberto Ortigara (Agricultura e Abastecimento); o diretor-presidente da empresa pública Portos do Paraná, Luiz Fernando Garcia; o diretor-presidente da Ferroeste, André Gonçalves; o coordenador do Grupo de Trabalho Ferroviário do Estado do Paraná, Luiz Henrique Fagundes; o assessor especial do Ministério da Infraestrutura, Marcos Felix; o chefe da Assessoria de Assuntos Parlamentares, Elias Brito; a secretária de Fomento, Planejamento e Parcerias do Ministério da Infraestrutura, Natália Marcassa; a secretária Especial do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), Martha Seillier; a secretária de Apoio ao Licenciamento Ambiental e à Desapropriação, Rose Hofmann; e o secretário de Parcerias em Transportes, Thiago Caldeira.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 19/05/2021

OPERAÇÕES DE CELULOSE COMPLETAM UM ANO DE EXECUÇÃO NO PORTO DE IMBITUBA

Informação: Porto de Imbituba (19 de maio de 2021)

Nesta semana completa-se um ano da movimentação de celulose no Porto de Imbituba. A operação inaugural, concluída em 17 de maio de 2020, foi executada como teste com a expectativa de que a carga integrasse o catálogo de operações regulares. Desde então, o Porto tem adquirido experiência e aprimorado sua produtividade, somando hoje mais de 200 mil toneladas de celulose movimentada.

A operação mais recente de embarque ocorreu ainda no início do mês, no dia 6 de maio. Aproximadamente, 60 mil toneladas da carga já foram embarcadas este ano e, em 2020, foram 141 mil toneladas. O mês de destaque das operações de celulose no Porto foi novembro, quando 21 mil toneladas foram movimentadas em apenas uma operação.

A empresa responsável pelas operações de celulose é a Santos Brasil, arrendatária do Terminal de Carga Geral (TCG) na área portuária. A carga é originada do município de Três Lagoas (MS) e tem como destino usual a China e a Coreia do Sul. “Seguindo na sua missão multipropósito, o Porto de Imbituba continua expandindo seu portfólio de operações, aumentando sua competitividade e fidelizando novas cargas”, destaca o diretor-presidente da Autoridade Portuária, Fábio Riera.



As experiências adquiridas pelo Porto ao longo desse último ano refletem na consolidação da movimentação da carga e no aumento da produtividade. A celulose é considerada uma carga limpa e é matéria prima para diversos tipos de papel, assim como para fraldas descartáveis, tecidos e outros produtos do cotidiano.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 19/05/2021

ANUÁRIO DO COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO 2020 MOSTRA MEDIDAS E AVANÇOS DO SETOR EM MEIO À PANDEMIA

Informação: Informativo dos Portos (19 de maio de 2021)

O Ministério da Economia publicou nesta segunda-feira (17/5) o primeiro Anuário do Comércio Exterior Brasileiro, referente ao ano de 2020, elaborado pela Secretaria de Comércio Exterior (Secex), com a colaboração da Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior (SE/Camex) – ambas da Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais (Secint). O documento apresenta uma visão global do ano de 2020 para o comércio exterior brasileiro, abordando as iniciativas de maior destaque no ano, além do impacto da Covid-19 nos fluxos comerciais – não só do Brasil, mas do mundo – e as principais medidas relacionadas a comércio adotadas como resposta à pandemia.

“No começo da pandemia precisamos agir rápido e reduzimos a zero as alíquotas do Imposto de Importação de 561 produtos relacionados ao combate à Covid, abrangendo medicamentos e seus insumos, equipamentos e materiais hospitalares, bem como insumos e máquinas para a sua produção, produtos de higienização, entre outros. O principal efeito dessas medidas foi viabilizar a aquisição mais ágil e menos onerosa de itens essenciais ao enfrentamento dessa crise sanitária sem precedentes”, pontua a secretária-executiva adjunta da Camex, Ana Repezza.

Desburocratização

O anuário também apresenta uma série de medidas de desburocratização e facilitação do comércio exterior adotadas pela Secex e pela SE/Camex, em linha com a Lei de Liberdade Econômica e os decretos que a regulamentam, em especial o Decreto nº 10.139/2020, que dispõe sobre a revisão e a consolidação dos atos normativos inferiores a decreto, e o Decreto nº 10.178/2019, que dispõe sobre classificação de risco e atos públicos de liberação.

“Apesar das dificuldades trazidas pela pandemia da Covid-19, o ano de 2020 foi muito importante para o comércio exterior brasileiro. Iniciamos o que chamo de uma ‘faxina’ da burocracia que impacta o nosso comércio exterior, trazendo maior racionalização ao processo”, destaca o secretário de Comércio Exterior, Lucas Ferraz.

O resultado foi uma redução de 52% em todo o estoque de licenças emitidas pela Secex, após uma minuciosa avaliação. “Identificamos que essas licenças não eram necessárias, tendo como único resultado gerar burocracia adicional para um fluxo de importação de aproximadamente US\$ 10 bilhões e custos de R\$ 50 milhões em taxas para os operadores privados”, explica Ferraz.

Outro importante aspecto da ‘faxina’ diz respeito ao comércio de serviços, com o desligamento do Sistema Integrado de Comércio Exterior de Serviços, Intangíveis e Outras Operações que Produzam Variações no Patrimônio (Siscoserv). “O sistema era oneroso e burocrático, demandava cinco milhões de registros ao ano aos operadores privados e custava mais de R\$ 20 milhões aos cofres públicos todo ano”, conclui o secretário.

Avanços em negociações

Na área de negociações internacionais, a despeito das limitações impostas pela restrição na mobilidade de pessoas, foram registrados importantes avanços, como a assinatura do pacote comercial com os Estados Unidos, o acordo automotivo com o Paraguai e o Acordo de Comércio Eletrônico do Mercosul.

Também houve avanços nas negociações do acordo entre Mercosul e União Europeia. Um ano após a conclusão das negociações do capítulo comercial, em junho de 2019, foram finalizadas as negociações dos capítulos político e de cooperação, em junho de 2020.

Agora, os textos do acordo estão submetidos ao processo de revisão jurídica (legal scrubbing, em inglês). Com a conclusão desta etapa, os textos serão definitivos, estarão aptos para assinatura formal e, então, para os procedimentos internos de aprovação parlamentar, que permitirão a ratificação do acordo e sua efetiva entrada em vigor.

Transparência, crédito e investimentos

Há também uma seção dedicada a medidas de transparência e governança da política comercial adotadas pela Secex e pela SE/Camex, como o lançamento da nova ferramenta de acordos comerciais do Ministério da Economia e a reativação do Conselho Consultivo do Setor Privado (Conex), que inclui representantes institucionais e representantes de pequenas, médias e grandes empresas dos segmentos Indústria, Agronegócio e Serviços, além de renomados pesquisadores e representantes de entidades de defesa do consumidor. “Essa diversidade foi pensada, de modo a oxigenar a perspectiva de Brasília em relação ao que seriam as prioridades de política de comércio exterior numa visão de sociedade”, afirma o secretário-executivo da Camex, Carlos Pio.

O anuário traz, ainda, informações sobre o processo de reforma do sistema brasileiro de apoio creditício à exportação, dados consolidados de defesa comercial e interesse público, avanços obtidos nas áreas de investimentos e internacionalização de empresas, entre outros temas do setor.

Confira o Anuário do Comércio Exterior Brasileiro 2020.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 19/05/2021

SOPESP PARTICIPA DE REUNIÃO QUE PEDE ANTECIPAÇÃO DA VACINAÇÃO PARA OS TRABALHADORES PORTUÁRIOS



https://www.sopesp.com.br/wp-content/uploads/2021/05/ANDERSON-BIANCHI_9794-768x512.jpg

Foto: Anderson Bianchi / Prefeitura de Santos

Nesta terça-feira, 18 de maio, uma reunião importante para o setor portuário foi realizada na Prefeitura de Santos, e contou com a participação do presidente do SOPESP, Régis G. Prunzel e do diretor-executivo, Ricardo Molitzas.

Na pauta, o pedido de intervenção ao prefeito de Santos e presidente do CONDESB, Rogério Santos, junto ao Governo do Estado de São Paulo para a antecipação da vacinação contra a Covid-19 nos Portos da Baixada.



O encontro contou também com a participação do presidente da Santos Port Authority (SPA), Fernando Biral, o presidente do Sintraport, Claudiomiro Machado (Miro) e do presidente do Sindicato dos Estivadores, Bruno José dos Santos.

https://www.sopesp.com.br/wp-content/uploads/2021/05/ANDERSON-BIANCHI_9733-768x512.jpg

Foto: Anderson Bianchi / Prefeitura de Santos

O secretário de governo do município, Flavio Jordão e o secretário de saúde, Adriano Catapreta, também participaram da reunião.

“Nossa intenção é unir forças e pleitear a antecipação do Plano Estadual de Vacinação para os trabalhadores portuários, visto que o trabalho desenvolvido por todas as categorias de trabalhadores portuários avulsos e vinculados é essencial para os portos da baixada e do Brasil”, afirma o Presidente do SOPESP.

Entendendo a importância do pleito, o prefeito de Santos se comprometeu a fazer o encaminhamento do pedido ao Governo do Estado.

A antecipação da vacina para os trabalhadores portuários foi uma vitória nos estados do Maranhão e Alagoas.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 19/05/2021



BRASIL EXPORT – FÓRUM NAC. DE LOGIST. E INFRAEST. PORTUÁRIA

MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA APOSTA NA FERROGRÃO PARA GERAR 160 MIL EMPREGOS E REDUZIR EM R\$ 20 BILHÕES O CUSTO LOGÍSTICO DO SETOR PRODUTIVO



https://forumbrasilexport.com.br/wp-content/uploads/2021/05/marcelo_s-1024x511.jpg

O Secretário-Executivo do Ministério da Infraestrutura, Marcelo Sampaio, realizou uma apresentação exclusiva aos conselheiros do Fórum Brasil Export sobre as ações da pasta referentes à melhoria da logística de escoamento da produção do agronegócio pelos portos do Arco Norte nesta segunda-

feira, 17 de maio. A iniciativa foi liderada pelo Conselho do Norte Export, presidido por Sergio Aquino, também presidente da Federação Nacional das Operações Portuárias (Fenop).

Assista a seguir o vídeo completo do encontro online:

<https://youtu.be/HbLuGLPb0wM>

Sampaio observou existir uma demanda reprimida do agronegócio que tem usado a estrutura de transportes na direção dos portos da região Sudeste do País. “O Arco Norte é um esforço de quebra de paradigma, um esforço do Estado em conjunto com o setor privado para desenvolver infraestrutura [de forma que] a produção acima do Paralelo 16, em especial, siga em direção ao Arco Norte”.

O Secretário-Executivo destacou a importância da Ferrogrão (EF-170 MT/PA) e o impacto que esse trecho ferroviário pode ter na competitividade da produção nacional. “A gente pensa ser um projeto muito atrativo, sem restrição à participação estrangeira e à formação de consórcios. Isso é importante pra gente ter atração principalmente de fundos para investimentos no País. Há players interessados, principalmente quando falamos de segurança alimentar lá no Oriente”.

FERROGRÃO - INFORMAÇÕES GERAIS

- Trecho: De Sinop/MT a Miritituba/PA (933 km)
- Ramais de Santarenzinho (32 km) e Itapacurá (11 km)
- Bitola: 1,60 m
- Trem-tipo: 3 locomotivas e 160 vagões
- Capacidade Inicial de Carga: 42 milhões de toneladas
- Produtos: milho, soja, farelo de soja, óleo de soja, fertilizantes, açúcar, etanol e derivados de petróleo
- Concorrentes: FICO, Extensão Malha Norte e BR-163



https://forumbrasilexport.com.br/wp-content/uploads/2021/05/ferrograo_norte.jpg
Imagem da apresentação feita por Marcelo Sampaio ao Conselho do Norte Export

O trabalho pelo desenvolvimento da Ferrogrão também tem um importante viés de sustentabilidade, já que a projeção é de reduzir em 50% a emissão dos gases do efeito estufa e de retirar até 1 milhão de toneladas de CO₂ da atmosfera. “Nossa expectativa é movimentar 48,6 milhões de toneladas em 30 anos, gerar 160 mil

empregos e reduzir em quase R\$ 20 bilhões o custo logístico de nossa produção. A previsão é viabilizar o nosso agro pelos trilhos no 2º semestre deste ano com o leilão de concessão”, concluiu Sampaio.

Fonte: **BRASIL EXPORT – FÓRUM NAC. DE LOGIST. E INFRAEST. PORTUÁRIA**
Data: 19/05/2021

ISTOÉ Dinheiro

ISTOÉ - DINHEIRO

PREÇOS DO PETRÓLEO CAEM POR TEMOR COM PANDEMIA NA ÁSIA E POSSÍVEL ALTA DE JUROS NOS EUA

Por **Scott DiSavino**



https://cdn-istoedinheiro-ssl.akamaized.net/wp-content/uploads/sites/17/Reuters_Direct_Media/BrazilOnlineReportAgribusinessNews/tagReuters.com2021binary_LYNXNPEH4I1BZ-BASEIMAGE.jpg

Bombeamento de petróleo em Saint-Fiacre, França

NOVA YORK (Reuters) – Os preços do petróleo recuaram mais de 2 dólares por barril nesta quarta-feira, atingindo o menor nível em três semanas, por temores de que o aumento no número de casos de Covid-19 na Ásia afete a demanda pela commodity e

de que preocupações com a inflação nos Estados Unidos levem o Federal Reserve a retardar o crescimento econômico, elevando as taxas de juros.

Operadores também citaram rumores de que as negociações nucleares com o Irã estariam progredindo, o que poderia resultar em um aumento da oferta global de petróleo e deprimir os preços.

Os contratos futuros do petróleo Brent fecharam em queda de 2,05 dólares, ou 3%, a 66,66 dólares por barril, enquanto o petróleo dos EUA (WTI) recuou 2,13 dólares, ou 3,3%, para 63,36 dólares por barril. Mais cedo na sessão, o WTI chegou a cair mais de 5%.

Esse foi o menor patamar de fechamento para ambas as referências desde 27 de abril.

Na terça-feira, o Brent havia atingindo uma máxima intradia de dez semanas, superando a marca de 70 dólares por barril, apoiado pelo otimismo com um aumento da demanda por petróleo em meio a reaberturas econômicas nos EUA e Europa. A referência, porém, passou a cair por temores de desaceleração da demanda na Ásia, onde o avanço da Covid-19 desencadeou novas restrições na Índia, Taiwan, Vietnã e Tailândia.

“O cenário global para a demanda é provavelmente o mais dividido desde o início da pandemia, com uma melhora no panorama para o Ocidente se contrapondo a uma deterioração do cenário na Ásia”, disse Sophie Griffiths, analista de mercado da OANDA, destacando que as perspectivas mistas para a demanda alimentam a volatilidade no mercado.

(Reportagem adicional de Laura Sanicola em Nova York, Noah Browning em Londres, Sonali Paul em Melbourne e Roslan Khasawneh em Cingapura)

Fonte: IstoÉ- Dinheiro

Data: 19/05/2021

CHINA AFIRMA QUE AGIRÁ PARA ESTABILIZAR MERCADO DE COMMODITIES



https://cdn-istoedinheiro-ssl.akamaized.net/wp-content/uploads/sites/17/Reuters_Direct_Media/BrazilOnlineReportAgribusinessNews/tagreuters.com2021binary_LYN_XNPEH4I16V-BASEIMAGE.jpg

Terminal de minério de ferro no porto de Lianyungang, China

PEQUIM (Reuters) – A China vai fortalecer o gerenciamento tanto do lado da oferta quanto da demanda para conter aumentos “excessivos” nos preços de commodities e evitar repasses aos consumidores, disse o gabinete de governo nesta quarta-feira, segundo

reportagem da emissora estatal CCTV.

Os preços de commodities como aço, minério de ferro e cobre dispararam neste ano, impulsionados pela recuperação após medidas de isolamento e pela elevada liquidez global.

A China irá acelerar os ajustes no comércio e armazenamento de commodities, e reforçar fiscalizações tanto no mercado à vista quanto futuro, de acordo com a CCTV, que citou reunião presidida pelo primeiro-ministro, Li Keqiang.

O país irá reprimir estritamente negociações maliciosas e fiscalizará comportamentos que visem aumentar os preços, segundo o gabinete.

A China também pediu a fabricantes de carvão que aumentem a produção para garantir a segurança do atendimento à época de pico na demanda durante o verão.

A política monetária e as taxas de câmbio do yuan serão mantidas basicamente estáveis pelo governo chinês, ainda de acordo com o gabinete.

(Reportagem de Min Zhang, Stella Qiu e Ryan Woo)

Fonte: IstoÉ- Dinheiro

Data: 19/05/2021

USINAS NO BRASIL REDUZEM ALGUMA PRODUÇÃO DE AÇÚCAR PARA FOCAR NO ETANOL, DIZ DATAGRO

Por Marcelo Teixeira

NOVA YORK (Reuters) – As usinas brasileiras de açúcar e etanol provavelmente estão reduzindo temporariamente os volumes de produção de açúcar como forma de aumentar a fabricação de etanol para atender à crescente demanda, em meio a altos preços do biocombustível no país, disse a consultoria Datagro nesta quarta-feira.

O analista Plinio Nastari afirmou durante a conferência Santander ISO Datagro de Açúcar e Etanol que os retornos financeiros das vendas de etanol anidro, tipo que é misturado à gasolina, superaram os de açúcar, levando algumas usinas a ajustar sua estratégia de produção para o momento.



https://cdn-istoedinheiro-ssl.akamaized.net/wp-content/uploads/sites/17/Reuters_Direct_Media/BrazilOnlineReportAgribusinessNews/tagreuters.com2021binary_LYNXNPEH4I0WT-BASEIMAGE.jpg

Usinas no Brasil reduzem alguma produção de açúcar para focar no etanol, diz Datagro
Colheita de cana-de-açúcar em usina em Ribeirão Preto (SP), no Brasil

A maioria das usinas do Brasil possui a flexibilidade de ajustar o “mix” de produção entre açúcar e etanol, dependendo do mercado para ambos.

“No momento, as vendas do etanol anidro estão oferecendo um retorno maior do que do açúcar doméstico e para exportação, então nós devemos ver algumas usinas adiando a produção de açúcar para aumentar os volumes de etanol”, afirmou Nastari em uma apresentação durante a conferência online.

Os preços do etanol no Brasil estão perto de níveis recordes, apesar do início da safra.

O alto preço e registros de baixa disponibilidade do etanol levaram aos revendedores de combustível a reivindicar uma redução na mistura do etanol na gasolina.

Nastari afirmou que a situação poderia ficar mais apertada caso as chuvas das próximas semanas se tornem insuficientes, dizendo que a umidade do solo em algumas áreas da região centro-sul do Brasil pode estar crítica.

Fonte: IstoÉ- Dinheiro

Data: 19/05/2021

MONEYTIMES

MONEYTIMES

AÇO E MINÉRIO DE FERRO CAEM NA CHINA COM ALÍVIO EM TEMOR DE RESTRIÇÕES A SIDERÚRGICAS

Por Reuters



<https://media.moneytimes.com.br/uploads/2021/05/minerio-de-ferro-1.jpg>

O contrato de referência, para setembro, caiu 3,3%, para 1.193 yuanes por tonelada (Imagem: Pixabay /Uwe367)

Os futuros do vergalhão de aço recuaram mais de 5% na China nesta quarta-feira, enquanto o minério de ferro também caiu, com o alívio em preocupações quando a cortes de produção siderúrgica e com expectativa de desaceleração de atividades de construção em meio à proximidade da chegada da estação de chuvas.

O contrato mais negociado do vergalhão de aço usado em construções, para entrega em outubro, encerrou em baixa de 5,6% na bolsa de futuros de Xangai, a 5.309 yuanes por tonelada, o menor fechamento desde 30 de abril.

Já os preços do minério de ferro na bolsa de Dalian também encerraram com retração. O contrato de referência, para setembro, caiu 3,3%, para 1.193 yuanes por tonelada.

“Uma vez que não há uma política adicional de restrições de produção (de aço), as negociações mudaram da expectativa para a realidade”, disse a GF Futures em nota.

Com a proximidade da época de menor demanda, deve ser difícil para o vergalhão subir para novas máximas, uma vez que as cotações já estão elevadas, acrescentou a GF Futures.

Fonte: Moneytimes

Data: 19/05/2021

GOVERNO LANÇA PACOTE DE MEDIDAS A CAMINHONEIROS

Uma das medidas do pacote permite a antecipação de recebíveis, "na qual o caminhoneiro autônomo poderá definir a menor taxa de desconto a ser contratada"

Por Reuters

SÃO PAULO (Reuters) – O governo federal lançou nesta terça-feira pacote de medidas de incentivo a caminhoneiros, um dos grupos que apoiou a eleição do presidente Jair Bolsonaro.

O pacote tem medidas nas esferas de infraestrutura rodoviária e de incentivo e qualidade de vida aos motoristas, algumas das quais já vinham sido mencionadas pelo governo federal há meses.

Uma das medidas do pacote está a que permite a antecipação de recebíveis, “na qual o caminhoneiro autônomo poderá definir, de forma livre e transparente, a menor taxa de desconto a ser contratada junto a agentes financeiros formais”, informou o Ministério da Infraestrutura em comunicado.

Segundo a pasta, os títulos representativos dos recebíveis de fretes serão vinculados a documentos fiscais eletrônicos gerados pelos fiscos estaduais e pela Receita Federal, ou ao novo Documento de Transporte Eletrônico, “que vai garantir a autenticidade e unicidade a esses títulos. Essa condição será essencial para que os agentes financeiros tenham segurança para oferecer o crédito e as taxas reduzidas”.

O pacote também promove, via Medida Provisória, aumento do limite de tolerância para peso por eixo nas rodovias.

O limite passa de 10% para 12,5%, e a medida também extingue a tolerância de peso por eixo para veículos com peso bruto total (PBT) menor que 50 toneladas.

“Sendo assim, o caminhoneiro, que carrega o caminhão dentro do limite do PBT, não seja penalizado por não conseguir aferir o peso por eixo no momento do carregamento, já que algumas cargas são difíceis de serem distribuídas uniformemente na carroceria”, afirmou a pasta.

Outra mudança prevista na medida provisória é uma alteração no Código de Trânsito Brasileiro (CTB) para permitir que, que caso o veículo seja retido com alguma irregularidade que não possa ser sanada no próprio local da infração, ele poderá ser liberado desde que ofereça condições de segurança para circulação.

O documento será recolhido e mediante regularização do veículo, não superior a 15 dias, será devolvido.

No pacote de bondades à categoria responsável por uma greve que paralisou o país por mais de 10 dias em maio de 2018 e que trouxe graves consequências à economia ao longo do restante daquele ano, o governo também anunciou que a Caixa vai ter linhas de crédito “em condições especiais” e serviços de banco para os caminhoneiros.

Fonte: Moneytimes

Data: 19/05/2021



AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS

CONDIÇÕES PARA PRIVATIZAÇÃO DA ELETROBRAS FORAM ACORDADAS COM GOVERNO, DIZ RELATOR

Por Larissa Fafá - 19 de maio de 2021 - Em Congresso, Mercado de gás, Política energética, Setor elétrico

BRASÍLIA – O relator da MP da capitalização da Eletrobras, Elmar Nascimento (DEM/BA) garantiu em coletiva nesta terça (18) que a maior parte do seu relatório foi acordada com os ministérios da Economia, Minas e Energia e, em alguns pontos, até com participação do presidente Jair Bolsonaro.

A proposta condiciona a capitalização da Eletrobras à realização de leilões locais para contratação de 6 GW de térmicas à gás natural nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, além de pequenas centrais hidrelétricas (PCHs).

O deputado comentou que sua articulação com lideranças se restringiu mais à Câmara dos Deputados.

“Nós não temos a soberba de entender que nosso texto seja perfeito. Ele pode passar por aperfeiçoamento na votação [na Câmara] ou no Senado”, disse.

A votação da MP 1031 será feita nesta quarta (19), de acordo com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP/AL).

Térmicas como energia de base

Elmar Nascimento retirou da proposta os pontos mais graves na visão do governo, que poderiam inviabilizar a capitalização.

Havia uma previsão de intervenção da Aneel para promover a contratação de energia no mercado cativo a partir da criação de um teto para o mercado livre, por exemplo.

Outra ideia envolvia a desidratação do patrimônio da Eletrobras, com destinação de recebíveis da ordem de R\$ 40 bilhões da companhia para construção dos 6 GW termoeletrônicos.

No fim, prevaleceu a garantia de contratação das usinas em leilões.

“Vivemos em um momento que os reservatórios estão menores possíveis. O MME despachou térmicas à óleo, que representam energia mais cara. Nós fizemos a conta e nos últimos três anos tivemos seis mil megawatt de térmica a óleo diesel. É uma contratação cara que será substituída por térmicas à gás, com um valor cinco vezes menor”, estima Elmar Nascimento.

O parecer diz que também que as térmicas deverão respeitar o preço-teto do leilão A-6 de 2019, atualizado até a data do leilão. O valor nominal é de R\$ 292,00 por MWh.

As térmicas deverão ser contratadas na modalidade de reserva de capacidade. A previsão é que o leilão seja realizado entre novembro e dezembro, segundo Elmar.

“Antecipamos na lei o que está previsto de acontecer no formato enviado pelo Ministério de Minas e Energia. Quando fizemos a sugestão, eles [informaram] que simplesmente iam fazer por decreto e, até para dar segurança maior [incluímos no texto], absolutamente negociado com o ministério”, disse.

Ele citou reuniões semanais com o ministro Bento Albuquerque, a secretária-executiva Marisete Pereira, bem como com o então secretário de Energia Elétrica, atual presidente da Eletrobras, Rodrigo Limp.

Nascimento destacou que tanto o incentivo para geração térmica a gás como a destinação de recursos da descotização das usinas para abatimento da conta de luz, ambas previstas da MP, foram pedidos do presidente Jair Bolsonaro.

“O que o presidente Jair Bolsonaro nos pediu foi que a capitalização pudesse diminuir a tarifa de energia, por isso fizemos uma série de alterações”, disse.

O texto manteve o carimbo dos recursos provenientes da capitalização apenas para o mercado cativo, excluindo grandes consumidores do grupo que deve ter a conta de energia abatida. Pelas contas do relator, a destinação exclusiva para o mercado cativo garante R\$ 8 bilhões adicionais durante os prazos das concessões.

Da Brasduto à privatização da Eletrobras

A criação de uma medida de estímulo à geração termoelétrica, com expansão da infraestrutura de gás natural do país é discutida há ano no Congresso Nacional e, até o momento, enfrentava resistências das equipes técnicas do governo federal.

Desde a criação do Brasduto, um fundo para possibilitar as obras de gasodutos pelo país e que foi vetado pelo presidente Jair Bolsonaro, até a recente tentativa de alterar a Lei do Gás, quando Elmar Nascimento foi apresentou um substitutivo na Câmara e Eduardo Braga (MDB/AM) foi relator no Senado Federal.

O deputado chegou a apresentar um substitutivo com apoio de lideranças do PSDB, PSL e do PT e prometeu embaralhar a votação, mas acabou em acordo com o governo. A promessa na época é que os incentivos para térmicas viriam de forma infralegal, por meio de planejamento dos leilões.

Na época, o relator da Lei do Gás, Laércio Oliveira (PP/SE), tinha visão semelhante ao do Ministério de Minas e Energia e contrário a mudanças que, em sua avaliação, poderiam significar um aumento na conta de luz dos consumidores.

Teve apoio do então presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM/RJ). Com a volta do debate sobre as térmicas na capitalização da Eletrobras, Maia criticou o texto nas redes sociais.

Antecipação de reserva para PCHs

Também foi acordado com o governo, segundo Elmar Nascimento, a contratação de 2 GW de energia de pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) até 2026.

Pelo novo relatório, a contratação será de no mínimo 50% da demanda declarada das distribuidoras de geração de pequenas centrais hidrelétricas nos leilões A-5 e A-6 previsto para esse ano, também no preço-teto corrigido do A-6 de 2019.

Após a contratação dos 2 GW, o percentual da contratação de PCHs poderá diminuir para 40%, com contratos de 20 anos.

Foi uma reivindicação de governadores de estados do Centro-Oeste.

“Isso é uma reivindicação dos governadores do Centro-Oeste, que não tinham recebido qualquer benefício, especialmente Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, além do Paraná. Esses são os estados que têm uma vocação muito forte de PCH”, diz Elmar.

Relator exclui possibilidade de Aneel intervir no mercado livre.



A proposta inicial era de que a agência poderia intervir caso entendesse que uma empresa estivesse concentrando mercado, medida que valeria tanto para Eletrobras quanto para outras do setor elétrico – uma espécie de energy release.

O ponto preocupava tanto a equipe econômica quanto a área técnica no Ministério de Minas e Energia.

Na semana passada, o presidente da Eletrobras, Rodrigo Limp, considerou o ponto um “risco grande” ao processo de privatização, por dificultar o planejamento de investimento a longo prazo da empresa.

O único trecho que não teve acordo com o governo foram as emendas feitas principalmente pela oposição sobre a manutenção do quadro de servidores da estatal.

Pela medida, será possível aproveitar os funcionários em outras estatais e também permitirá que servidores usem suas indenizações trabalhistas para comprar ações cinco dias antes da publicação da MP.

“Houve resistência da Economia, mas bancamos, até para valorizar as centenas de emendas que recebi nesse sentido. Não há compromisso do governo sobre não ter vetos”, ponderou.

Já o superávit financeiro da usina de Itaipu Binacional, que no voto preliminar iria para Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e para manutenção dos fundos setoriais, passa agora também a custear o novo programa de transferência de renda do governo.

“Tem gente que criticou, mas nós entendemos que o superávit de Itaipu não deveria ser direcionado para construção de ponte, de universidade ou qualquer coisa que o valha”, disse o relator, que indicou que o financiamento do novo programa foi feito a pedido do Palácio do Planalto.

O governo manterá 75% dos valores para a CDE e os outros 25% passarão a irrigar a nova iniciativa social do Executivo.

Após 2033, metade do superávit segue destinado à CDE, bem como os 25% para o novo programa de transferência de renda do governo. Os outros 25% serão usados para manter os fundos regionais, através da nova estatal.

Mudou também quem será responsável pela gestão dos recursos dos fundos destinados à revitalização das bacias hidrográficas do São Francisco, Furnas e Parnaíba.

Saiu a Codevasf – estatal que abriga muitas indicações políticas do Centrão, incluindo de Elmar Nascimento para a presidência – e agora passará a ser gerido pelo Ministério do Desenvolvimento Regional, por meio de conselho gestor que será criado e presidido por indicação da pasta.

O Ministério de Minas e Energia segue como gestor do fundo destinado à geração de energia renovável na Amazônia Legal.

*Fonte: Agência EPBR de Notícias
Data: 19/05/2021*

TÉRMICAS E PCHS SÃO CONDIÇÕES PARA PRIVATIZAÇÃO DA ELETROBRAS EM NOVA PROPOSTA

Por epbr - 19 de maio de 2021 - Em Comece seu Dia, Mercado de gás, Setor elétrico

Quem faz*Editada por Gustavo Gaudarde
gustavo.gaudarde@epbr.com.br*

em jogo

O texto da MP 1031, apresentado ontem pelo relator Elmar Nascimento (DEM/BA), estipulou que a contratação de usinas térmicas a gás natural e pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) serão condições para a privatização da Eletrobras.

Segue na pauta da Câmara desta quarta (19) e será votada, segundo Arthur Lira (PP/AL).

“Antecipamos na lei o que está previsto de acontecer no formato enviado pelo Ministério de Minas e Energia. Quando fizemos a sugestão, eles [informaram] que simplesmente iam fazer por decreto e, até para dar segurança maior [incluímos no texto], absolutamente negociado com o ministério”, disse Elmar.

Se aprovada a proposta:

Deverão ser contratados 6 GW de capacidade termelétrica a gás, sendo 1 GW no Nordeste, em regiões sem suprimento de gás natural.

— Outros 5 GW deverão ser distribuídos igualmente nas regiões Norte e Centro-Oeste, com fator de capacidade mínimo de 70%.

— Inclui um cronograma de entrada em operação até 2028: 1 GW (2026), 2 GW (2027) e 2 GW (2028). Contratos de 15 anos.

— Contratação deverá respeitar o preço-teto do leilão A-6, de 2019 – valor nominal de R\$292/MWh, atualizado até a realização do leilão;

Os contratos do Proinfa deverão ser prorrogados por 20 anos (beneficia PCHs, eólicas e biomassa).

— E feita a reserva de no mínimo 50% da demanda declarada das distribuidoras nos leilões A-5 e A-6 deste ano para PCHs (até 50 MW), até o limite de 2 GW e preço teto corrigido do A-6 de 2019 (R\$285/MWh).

— Há também um critério locacional. Estados com maior número de projetos habilitados serão priorizados, mas até o limite de 25% da capacidade total contratada.

— “Isso é uma reivindicação dos governadores do Centro-Oeste, que não tinham recebido qualquer benefício, especialmente Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, além do Paraná. Esses são os estados que têm uma vocação muito forte de PCH”, diz Elmar Nascimento.

Acordo EUA-Irã faz petróleo cair. O petróleo fechou em queda na terça (18) com as notícias de que EUA e Irã fizeram progressos para retomar um acordo que restringe o desenvolvimento de armas nucleares do país da Opep, o que eleva as ofertas de petróleo.

— Após queda de mais de 2 dólares, o barril do Brent fechou com recuo de 0,75 dólar (-1,1%), a US\$ 68,71. Já o WTI registrou queda de 0,78 dólar (-1,2%), a US\$ 65,49 o barril.

— Se os EUA suspenderem as sanções ao Irã, o país poderá aumentar os embarques de petróleo, aumentando a oferta global. Reuters

Gás para veículos pesados. A Comgás e a Scania vão desenvolver ações conjuntas para acelerar o desenvolvimento do mercado de gás natural veicular (GNV) e biometano para veículos comerciais pesados.

— O primeiro passo do projeto será o mapeamento de corredores e rotas logísticas, para aumentar o número de pontos de abastecimento no estado de São Paulo.

— O plano ainda contempla a avaliação para instalação de postos de abastecimento em garagens de frotistas e/ou operadores de ônibus.



— Desde março de 2020, a Scania produz caminhões com motores dedicados ao gás na sua planta de São Bernardo do Campo (SP). epbr

Governo lança pacote para caminhoneiros. Dentre as medidas anunciadas estão a renegociação de dívidas dos caminhoneiros, que será feita pela Caixa Econômica Federal e um programa de antecipação de recebíveis.

— Decretos e MPs vão tratar de questões administrativas, como aumento do limite de pesagens, e a criação de um documento eletrônico para unificar taxas. UOL

— Não se falou em mudança na política de reajuste dos preços do diesel aplicada pela Petrobras, demanda feita pelos caminhoneiros.

— Também não foram anunciadas as medidas que vêm sendo discutidas na Casa Civil e nos ministérios da Economia e Minas e Energia, que podem resultar na criação do fundo para alívio da volatilidade.

Insatisfeito com os preços dos combustíveis e sem apoio do Congresso, o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) disse a apoiadores na segunda (17/5) que pode levar a proposta de reforma do ICMS dos combustíveis e lubrificantes ao Supremo Tribunal Federal (STF).

UTE Biogás Bonfim recebe certificação de carbono. O I-REC Standard registrou a sua primeira usina de biogás no Brasil, a UTE Biogás Bonfim (SP), de 21 MW, da Raízen e Geo Energética, uma das maiores plantas de biogás do mundo.

— O I-REC Service é um sistema global de rastreamento de atributos ambientais de energia projetado para facilitar a contabilidade confiável de carbono. A certificação confere à empresa a permissão para emissão e transferências de I-RECs.

— Cada I-REC equivale a 1MWh e permite aos usuários fazer uma escolha baseada em evidências para a energia renovável, em qualquer país do mundo. Canal Energia

Afinal, quem regulará o hidrogênio verde? Artigo de Clarissa Leão, advogada da área de Energia do Souto Correa Advogados

O novo diretor executivo de Governança e Conformidade da Petrobras, Salvador Dahan, tomou posse na terça (18). Ele substituiu Marcelo Zenkner.

— Dahan é bacharel em Direito, graduado pela Universidade Mackenzie, com MBA em Gestão de Segurança empresarial pela FECAP e pós-graduação em Liderança Empresarial e Comunitária pela INSPER/SP. Tem passagens pela Nissan Motors, Grupo Gerdau e Procter & Gamble.

*Fonte: Agência EPBR de Notícias
Data: 19/05/2021*

OPOSIÇÃO ACIONA STF PARA IMPEDIR VOTAÇÃO DA PRIVATIZAÇÃO DA ELETROBRAS

Atualizado às 16h08 para inclusão de posicionamento de Elmar Nascimento

Por Larissa Fafá - 19 de maio de 2021 - Em Congresso, Mercado de gás, Política energética, Setor elétrico

BRASÍLIA – Partidos de oposição ao governo entraram com nova ação no Supremo Tribunal Federal (STF) para impedir a votação da MP 1031, da privatização da Eletrobras, marcada para esta quarta (19).

De acordo com o relator, Elmar Nascimento (DEM/BA), há acordo com o governo para boa parte das propostas que devem ser levadas ao plenário da Câmara.

Deputados são contrários tanto à urgência do tema, discutido por medida provisória, quanto ao plano de capitalização em si.

O mandado de segurança pede a retirada de pauta da MP 1031 até a apreciação de outras medidas provisórias anteriores, enviadas pelo governo à Câmara dos Deputados. E a nulidade da votação, caso a MP da Eletrobras seja aprovada hoje.

De acordo com o líder da oposição, deputado Alessandro Molon (PSB/RJ), a votação de MPs diretamente no plenário, segundo decisões passadas do STF, dependia dos estados de emergência em saúde pública e de calamidade pública.

Por decisão do governo federal, a vigência do estado de calamidade não foi estendida em 31 de dezembro de 2020.

Segundo o líder do PT, Bohn Gass (PT/RS), há outras 15 medidas provisórias editadas pelo governo antes da MP da capitalização da Eletrobras.

“Já que todas as outras comissões da Câmara e do Senado estão instaladas, inclusive comissões mistas, por que permitir o império do relator?”, questionou Molon.

A petição é assinada por Bohn Gass (PT/RS), Marcelo Freixo (PSOL/RJ), Arlindo Chignalia (PT/SP), Wolney Queiroz (PDT/PE), Talíria Petrone (PSOL/RJ), Renildo Calheiros (PCdoB/PE), Joênia Wapichana (REDE/RR) e Danilo Cabral (PSB/PE).

O pedido de liminar é direcionada ao ministro Alexandre de Moraes, que relatou as ADPFs que permitiram a tramitação urgente de MPs em virtude da pandemia.

“Essa comissão, sem dúvida, traria a possibilidade de ouvirmos especialistas, a sociedade civil, fazermos audiências públicas e termos tempo que a seriedade da matéria remete”, afirmou Freixo, que é líder da minoria na Câmara.

Bohn Gass também apresentará uma proposta de substitutivo para preservar o capital acionário majoritário do governo na estatal e reduz a descotização de algumas usinas.

Segundo o parlamentar, a sugestão foi feita por associação de engenheiros da Eletrobras e promete reduzir a tarifa de energia.

O deputado Glauber Braga (PSOL/RJ) acusou o relator da medida, deputado Elmar Nascimento (DEM/RJ), de atender a interesses individuais, citando o empresário Carlos Suarez, fundador da OAS e com negócios na área de gás.

“O senhor Suarez, ex-OAS, tem ligação direta com o relator da MP e isso tem conexão com o financiamento privado ao Democratas. Não é uma articulação que esteja se fazendo exclusivamente a partir de relações individuais”, disse.

Elmar Nascimento nega o recebimento de benefícios.

“Eu o tenho [Carlos Suarez] como homem de bem, um dos maiores empresários do Brasil. Vou negar que conheço? Agora, nunca recebi um benefício”, disse à epbr.

Governadores do Nordeste contra a privatização

Em nota divulgada nesta quarta (19), o Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste entende que a MP da capitalização da estatal pode gerar insegurança energética por entregar a gestão de rios e reservatórios ao controle privado, especialmente na região.

Eles também avaliam que a concessão a iniciativa privada de usinas como Paulo Afonso e Xingó, ambas operadas pela Chesf, abrirá caminho para aumento de tarifa de energia e precarização do serviço prestado à população.

Entidades trabalhistas também se movimentaram contra a capitalização durante a semana.

Ontem, a trabalhado da Associação dos Empregados da Eletrobras (AEEL) e do Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Energia do Rio de Janeiro (Sintergia-RJ) protestaram contra a privatização em frente ao edifício sede da Eletrobras, no Rio de Janeiro.

Representantes da categoria se reuniram com o presidente da Eletrobras, Rodrigo Limp, para discutir a privatização da companhia, segundo informações da MegaWhat.

Em documento (.pdf) da Associação dos Engenheiros e Técnicos do Sistema Eletrobras (Aesel), servidores apontaram problemas nos cálculos de arrecadação da eventual privatização da Eletrobras, que acreditam que ficará abaixo do que foi projetado pelo governo em quase R\$ 60 bilhões.

Eles ressaltam que a estatal foi a mais impactada pela MP 579, que renovou muitas das concessões de geração e transmissão a um valor que não cobria os custos de operação e manutenção, o que causou à época redução de 70% nas receitas da empresa.

Com recente reestruturação, a Eletrobras apresenta hoje resultados seguidos de lucro e redução do seu endividamento, segundo a associação.

“Em qualquer lugar do mundo, o sistema elétrico é pouco suscetível à concorrência, e ainda mais em um país onde a base do sistema é a hidroeletricidade. A Eletrobras, por seu tamanho, é o que se chama de price maker, ou seja, uma empresa capaz de distorcer os preços”, diz a nota.

“Hoje estatal, a companhia usa esse poder no sentido de reduzir os preços. Mas quem pode garantir que uma Eletrobras privada, controlada pelo capital estrangeiro não atuará justamente no sentido inverso, manipulando a oferta de energia e seu preço? A crise da Enron na Califórnia, no ano 2000, nos dá uma boa pista para a resposta”, questionam.

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 19/05/2021

TOTAL ESTREIA SEU COMBUSTÍVEL DE AVIAÇÃO SUSTENTÁVEL EM VOO DA AIR FRANCE

Por Gabriel Chiappini - 19 de maio de 2021 - Em Biocombustíveis, Transição energética

Um mês após anunciar o início da produção de combustível de aviação sustentável (SAF) na sua biorrefinaria La Mède, no sul da França, a petroleira Total estreou esta semana o seu biocombustível.

O voo 342 da Air France-KLM decolou, na terça (18), do aeroporto de Paris, Charles de Gaulle, com destino a Montreal, abastecido com 16% de SAF totalmente produzido no país. O modelo de aeronave utilizado foi um A350 da Airbus.

A mistura propiciou a redução de 20 toneladas de emissões de CO₂, segundo a certificadora independente International Sustainability & Carbon Certification System.

O SAF da Total é completamente produzido a partir de resíduos, com reciclagem de óleo de cozinha.

“O desenvolvimento de biocombustíveis faz parte da estratégia de energia ampla da Total para descarbonizar a indústria de transporte”, disse Patrick Pouyanné, CEO da Total.

A companhia espera converter mais uma de suas refinarias, próxima a Paris, em outra unidade produtora de SAF até 2024.



“Continuamos a adaptar nossas instalações industriais para nos prepararmos para a crescente demanda da indústria de aviação na próxima década”, declarou Pouyanné.

Green Deal

A introdução gradual do biocombustível é parte dos esforços das empresas europeias para reduzir significativamente as emissões de CO2 do transporte aéreo, em linha com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas.

O Green Deal europeu prevê o aumento gradual de 2% de SAF na mistura de combustível de aviação até 2025 e 5% até 2030.

Já a legislação francesa exige que as aeronaves usem pelo menos 1% até 2022 para todos os voos com origem na França.

Para o CEO da Air France-KLM, o país tem a oportunidade de se tornar líder na produção e uso de combustíveis sustentáveis.

“Junto com a renovação de nossa frota, os combustíveis de aviação sustentáveis constituem nossa principal alavanca a médio prazo para reduzir pela metade as nossas emissões de CO2 por passageiro/km até 2030”, afirmou.

“Apoiar o surgimento de um setor de biocombustíveis para aviação na França economicamente viável para todas as partes envolvidas é uma prioridade estratégica para o país e o grupo”, concluiu.

A Air France-KLM é pioneira em testar combustíveis sustentáveis para aviação.

A KLM fez seu primeiro voo com SAF em 2009. Desde então, o grupo já realizou 78 voos usando 10% de SAF em combinação com o querosene fóssil, em colaboração com uma afiliada da Total.

A Airbus, maior fabricante de aviões do mundo, também vem realizando uma série de testes que possibilitem às aeronaves voar com 100% de SAF nas próximas décadas.

Guillaume Faury, CEO da fabricante, acredita que a introdução gradual de combustíveis sustentáveis são uma grande alavanca para alcançar os objetivos de descarbonização do setor de aviação.

“É necessária uma ação coordenada de todas as partes interessadas para aumentar a participação desses combustíveis sustentáveis, que podem ser usados hoje em até 50% de nossas aeronaves, sem qualquer modificação ou impacto operacional, reduzindo assim sua pegada ambiental”, afirmou Faury.

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 19/05/2021

HUBS DE NEGOCIAÇÃO PODERÃO FOMENTAR LIQUIDEZ NO MERCADO BRASILEIRO DE GÁS NATURAL?

Artigo de Juliana Rodrigues, especialista de Energia na ABRACE e secretária executiva do Fórum do Gás

Por epbr - 19 de maio de 2021 - Em Colunas e opinião, Mercado de gás

Estamos no momento de consolidação do Novo Mercado de Gás.

Na transição para um mercado competitivo, uma das preocupações centrais está relacionada à coordenação adequada entre as negociações de moléculas de gás e dos serviços de transporte.

Para isso, a ANP tem organizado uma série de discussões técnicas com o objetivo de formar um modelo conceitual para o mercado de gás natural no Brasil.



Um passo elementar para a reforma de qualquer mercado de gás natural é pensar na forma de alocação de capacidade e na precificação da flexibilidade do sistema de transporte.

A definição dos contratos ou produtos que estarão disponíveis para o mercado também se configura com um elemento importante nesse processo.

Neste contexto, é importante considerar a possibilidade de as trocas entre compradores e vendedores acontecerem em diferentes horizontes temporais, não envolvendo necessariamente negociações bilaterais de longo prazo e cláusulas de inflexibilidade que podem trazer rigidez e encarecer o produto.

No Brasil, o modelo por entradas e saídas foi a opção escolhida para alocar capacidade e custos do transporte.

Uma característica intrínseca deste modelo é a simplificação da rede, através da definição de um conjunto de pontos de entrada, onde o gás poderá ser injetado, e pontos de saída para retirada de molécula da rede.

Portanto, a demanda por capacidade de transporte não corresponde diretamente a uma demanda de acesso a um gasoduto específico, isto é, as negociações de gás natural não levam em consideração a rede de transporte real, e sim uma “rede comercial”.

A partir disso, os agentes do setor irão acordar uma série de contratos de molécula, que podem ter configurações e prazos diversos, o que torna necessário criar mecanismos que assegurem que os fluxos de gás resultantes das negociações sejam fisicamente possíveis.

E os mecanismos de balanceamento cumprem esta função, em fazer uma ponte entre fluxos físicos e os comerciais, entendida como provisão de flexibilidade “regulada”.

A lógica do regime de entrada-saída, portanto, é frequentemente visualizada como um sistema onde os usuários trocam gás em um ponto virtual de negociação (PVN – hub virtual).

Sendo assim, a discussão entre o modelo regulatório para desenvolvimento do mercado que esperamos implementar está, de certa forma, relacionada à discussão do modelo de padronização dos produtos a serem negociados.

Uma vez definido o padrão destes produtos, os agentes poderão negociar tendo um referencial de preço, isto é um local padrão que facilitará a precificação dos produtos a serem negociados, e deverão se preocupar com o volume e com as condições de entrega do gás.

Em última instância, a padronização do ponto de entrega implica em determinar como será representado e, portanto, regulado, o sistema de transporte.

Isto é, ao concentrar as negociações em apenas um local, há também menor barreira à entrada e maior facilidade para que carregadores e transportadores possam encontrar opções econômicas e transparentes (através de leilões, por exemplo) para realizarem o balanceamento da rede.

A instituição de um “hub” ou ponto virtual de negociação, portanto, permite padronizar as operações, facilitar a compra e venda de gás e criar um referencial de preço para estas trocas.

Inicialmente o mercado brasileiro de gás natural pode não possuir complexidade e liquidez suficiente, que resulte em operações comerciais mais sofisticadas, mas no início o ponto virtual de negociação pode se justificar pela necessidade de concentrar negociações para fins de balanceamento e promover maior transparência e redução de custos destas operações, mesmo se essas negociações partirem de um único agente (operador histórico).

E o sucesso de um hub depende principalmente da definição correta da alocação de capacidade e de custos do transporte, incluindo a definição de serviços de equilíbrio.

Sendo elas, em primeiro lugar, um design com foco na eficiência e atratividade a fim de evitar riscos e custos desnecessários, principalmente quando houver negociações hub-to-hub (existência de mais de um ponto virtual de negociação, como se espera implementar aqui no Brasil).

Além disso, devem ser definidos de forma clara e convergente a governança e os diferentes papéis que os agentes exercerão no mercado.

Para que esse mecanismo possa funcionar minimamente de forma adequada será preciso que a regulação assegure condições adequadas de acesso ao transporte e à aquisição de molécula, eliminando as barreiras ao livre mercado.

No Brasil, além das condições de acessibilidade às infraestruturas essenciais e ao transporte será preciso também romper as barreiras existentes à livre negociação da molécula. Isso requer um empenho de convergência operacional e regulatória entre a União e os estados.

Todavia, o processo para o desenvolvimento da liquidez é desenhado em etapas.

Para se chegar até lá, no Brasil, avanços estruturais serão, gradualmente, percebidos a partir da reestruturação regulatória que se pretende endereçar com o Novo Mercado de Gás.

E o compromisso das autoridades públicas, sejam os formuladores de políticas públicas ou reguladores, e dos agentes do mercado é fundamental na consolidação e aceleração deste processo. Essa visão de futuro e esses acordos são essenciais à materialização do novo mercado de gás que buscamos.

Evolução operacional de um hub de negociação



<https://846928.smushcdn.com/1787860/wp-content/uploads/2021/05/Hubs-de-negociacao-poderao-fomentar-liquidez-no-mercado-brasileiro-de-gas-natural.png?lossy=1&strip=1&webp=1>

Elaboração própria a partir de ANP (H. Rogers, OIES, Hubs development 'path to maturity', 2015) e Xupeng & Variam (Key elements for functioning gas hubs, 2018)

Juliana Rodrigues é formada em Economia com ênfase em Economia da Energia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Pós-graduada em

Economia da Regulação pela Fundação Getúlio Vargas. Trabalha como Especialista de Energia na ABRACE e atua como Secretária Executiva do Fórum do Gás.

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 19/05/2021

QUEDA NA ATIVIDADE ECONÔMICA REDUZIU EM 3% CONSUMO DE ENERGIA NO MÊS DE ABRIL, MOSTRA ÍNDICE COMERC

Por epbr - 19 de maio de 2021 - Em Setor elétrico

O consumo de energia em todo o país encerrou o mês de abril com retração de 2,91%, na segunda queda consecutiva do ano.



De acordo com Índice Comerc, que avalia o consumo de energia pelos principais segmentos da economia, no último mês de março, houve retração de 1,26% frente ao mês anterior, seguindo o ritmo abre e fecha das atividades econômicas.

Em abril, o setor de siderurgia e metalúrgica foi o único que apresentou crescimento (+1,64%), diz a Comerc.

O desempenho negativo foi influenciado, principalmente, pelos setores de papel e celulose (-9,26%), têxtil, couro e vestuário (-6,71%), veículos e autopeças (-6,67%) e alimentos (-6,12%).

As demais categorias acompanharam os resultados negativos, porém com quedas menos acentuadas, variando entre -0,16% (materiais de construção) e -3,86% (eletromecânica).

Segundo a Comerc, a performance do consumo de energia reflete um comportamento pontual alinhado à conjuntura econômica.

Já na comparação anual com 2020, o consumo consolidado de abril 2021 teve alta de 26,35%.

“Apesar dos altos e baixos resultados desde o início desse ano, podemos notar a resiliência dos setores diante da pandemia da covid-19 e esperar que o ano de 2021 seja mais promissor que 2020”, comenta Marcelo Avila, vice-presidente do Grupo Comerc.

“Os próximos meses indicam para um cenário econômico e industrial mais otimista, desse modo, os índices do mercado de energia devem voltar a patamares mais positivos, com forte demanda para o setor de energia”, conclui Ávila.

Bandeira vermelha em maio

Abril marcou o fim do período de transição entre as estações úmida e seca nas principais bacias hidrográficas do Sistema Interligado Nacional (SIN).

De acordo com a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), o balanço hidrológico do período úmido 2020-2021 resultou no pior aporte hidráulico da história do SIN, medido desde 1931.

No final de abril, a agência anunciou o acionamento da bandeira tarifária vermelha patamar 1, para o mês de maio, com custo de R\$4,169 para cada 100kWh consumidos.

“Em maio, inicia-se o período seco, com os principais reservatórios apresentando estoques reduzidos para essa época do ano. Essa conjuntura sinaliza patamar desfavorável de produção pelas hidrelétricas e elevada necessidade de acionamento do parque termelétrico, pressionando os custos relacionados ao risco hidrológico e o preço da energia no mercado de curto prazo”, explica a Aneel em nota.

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 19/05/2021



JORNAL O GLOBO – RJ

FUNCIONÁRIOS DA ELETROBRAS PODERÃO SER ALOCADOS EM OUTRAS ESTATAIS, PREVÊ MP DE PRIVATIZAÇÃO QUE SERÁ VOTADA HOJE

Os que forem demitidos poderão converter a rescisão em ações da empresa. Proposta prevê ainda que 25% do saldo da energia vendida por Itaipu vão para programas sociais

O Globo

BRASÍLIA — Funcionários da Eletrobras poderão ser alocados em outras estatais, após a privatização da empresa, segundo o relatório da medida provisória (MP) que trata da venda da companhia. A ideia é que sejam aproveitados em cargos de mesma complexidade e vencimentos similares. A MP deve ser votada hoje no Congresso.

O parecer também prevê que os trabalhadores demitidos até um ano depois da privatização terão o direito de converter o valor da sua rescisão em ações da nova empresa que será criada. Essa conversão será feita pelo valor equivalente ao de cinco dias antes da data da emissão da MP.

O relatório da medida provisória foi apresentado nesta terça-feira pelo deputado Elmar Nascimento (DEM-BA), com várias mudanças em relação à versão original.

Ele retirou do texto, por exemplo, a permissão para a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) intervir no mercado e a possibilidade de levar uma dívida de R\$ 80 bilhões para a Eletrobras decorrente de empréstimos compulsórios da década de 1960, pontos que haviam tornado a privatização "inviável", na avaliação do governo, como o GLOBO revelou.

A MP prevê ainda que a Eletrobras será dividida. Uma nova empresa será criada para abrigar os ativos que hoje são da Eletronuclear, como as usinas nucleares de Angra, e a hidrelétrica de Itaipu. Elas não podem ser privatizadas por razões constitucionais. O resto dos ativos ficará com a Eletrobras, que será privatizada.

O relator determinou que o saldo da energia vendida por Itaipu a partir de 2023 (quando termina o período de pagamento do empréstimo de construção da obra) será dividido com 75% para abater encargos nas contas de luz e 25% para programas sociais do governo.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 19/05/2021

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

LÍDERES DA OPOSIÇÃO VÃO RECORRER AO STF PARA TENTAR BARRAR MP DE PRIVATIZAÇÃO DA ELETROBRÁS

Partidos querem derrubar decisão do ministro Alexandre de Moraes que autorizou os plenários do Congresso a votarem medidas provisórias sem que os textos passassem por comissões mistas durante a pandemia

Por Camila Turtelli, O Estado de S.Paulo

BRASÍLIA - Contrários à aprovação da medida provisória que permite a privatização da Eletrobrás, líderes da oposição vão entrar com ações no Supremo Tribunal Federal (STF) para tentar barrar o avanço da medida prevista para ser votada nesta quarta-feira, 19, pela Câmara, como anunciado pelo presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL).

Os partidos vão entrar com três ações diferentes no STF. São duas petições simples e um mandado de segurança. Todas as ações são relacionadas às Arguições de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) respondidas pelo ministro Alexandre de Moraes em março do ano passado. Na época, o ministro autorizou os plenários da Câmara e do Senado a votar medidas provisórias por meio do Sistema de Deliberação Remota, sem a necessidade regimental de os textos passarem por comissões mistas, enquanto durar a emergência em saúde pública provocada pela covid-19. A oposição quer derrubar essa decisão e obrigar que as MPs voltem a passar pelos colegiados.

"Somos contrários ao rito e ao mérito dessa privatização", afirmou o líder da minoria, Marcelo Freixo (PSOL-RJ), em coletiva na Câmara nesta quarta. "Uma proposta dessa gravidade não deveria tramitar como medida provisória", disse o líder da oposição, Alessandro Molon (PSB-RJ). "É um açodamento privatizar nesse momento, é um péssimo negócio para o País", disse.

As ações da oposição valem para a MP da Eletrobrás e também para todas as demais que já estão em tramitação no Congresso. Caso o ministro aceite os pedidos, os textos do governo terão de passar pelos colegiados que reúnem deputados e senadores antes de chegarem ao plenário.

Para os líderes da oposição, a decisão tomada por Moraes em março de 2020 não é mais válida, já que outras comissões voltaram a funcionar na Câmara e no Senado.

“Estamos pedindo que o STF determine que todas as MPs que estão em tramitação no Congresso Nacional passem por comissões mistas. A nossa expectativa é que o Supremo determine que não haja votação hoje (nesta quarta) no plenário da Câmara e que se determine a instalação da comissão mista para que essa MP da Eletrobras e todas as outras passem pelas comissões mistas”, disse Molon.

Durante a entrevista, os líderes disseram discordar de diversos pontos do relatório da MP da Eletrobrás apresentado pelo deputado Elmar Nascimento (DEM-BA).

O relator manteve vários "jabutis" que aumentam os custos da operação em seu parecer e, entre as obrigações que o governo terá de cumprir para privatizar a estatal, está a contratação de 6 mil megawatts de termelétricas em diversas regiões do País e de pequenas centrais hidrelétricas (PCHs), além de prorrogar os contratos de energia de eólicas contratadas no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa). As três obrigações têm como consequência o aumento do custo da energia para o consumidor final.

"É papel do Congresso agora colocar numa MP quanto se vai comprar de que tipo de energia?", questionou Molon na entrevista coletiva.

Nascimento, no entanto, retirou trechos polêmicos como os que embutiam uma solução para o tema do empréstimo compulsório e que dava à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) o poder de interferir no mercado de energia e evitar concentração de mercado, e não apenas no caso da Eletrobrás, mas em todas as empresas do setor elétrico.

Também na entrevista, o deputado José Guimarães (PT-CE) leu uma carta contra a MP assinada pelos governadores que fazem parte do consórcio do Nordeste.

"O governo federal continua seus movimentos em busca da privatização da Eletrobrás. Se isso acontecer, mais uma vez o desenvolvimento do País e o bolso do consumidor serão diretamente afetados. Há várias questões envolvidas neste projeto que precisam ser evitadas", diz a carta.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 19/05/2021

Valor
ECONÔMICO

Informação que vira dinheiro.

VALOR ECONÔMICO (SP)

TARCÍSIO: MUDANÇAS NA INFRAESTRUTURA DE ESTRADAS SERÃO FEITAS PELO SETOR PRIVADO

"Governo Bolsonaro valoriza os caminhoneiros", disse ministro no lançamento de pacote para a categoria, que envolve sistemas utilizados nas rodovias e documento de transporte eletrônico

Por Edna Simão e Matheus Schuch, Valor — Brasília



[https://s2.glbimg.com/8zhae0kLbV-WRwiSaz_WAX5sp3M=/0x0:1548x966/984x0/smart/filters:strip_icc\(\)/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal_photos/bs/2021/D/t/WsiW2YTmqTwTOuzJszVA/foto08emp-101-rodo-b3.jpg](https://s2.glbimg.com/8zhae0kLbV-WRwiSaz_WAX5sp3M=/0x0:1548x966/984x0/smart/filters:strip_icc()/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal_photos/bs/2021/D/t/WsiW2YTmqTwTOuzJszVA/foto08emp-101-rodo-b3.jpg)

O ministro da Infraestrutura, Tarcísio Freitas — Foto: Reprodução

nesta terça-feira é uma “revolução”. “O governo Bolsonaro valoriza os caminhoneiros”, afirmou. O programa anunciado hoje permite a antecipação dos valores a receber do frete, prevê mudanças nos sistemas como o de pesagem utilizados nas rodovias brasileiras e criação de linhas de crédito para a categoria.

Tarcísio frisou que mudanças na infraestrutura de estradas serão feitas pela iniciativa privada. Ele citou que o lançamento do documento de transporte eletrônico vai condensar até 90 documentos de papel utilizados hoje.

“Quer coisa mais defasada do que um posto fiscal? Parar para carimbar uma nota? Documento eletrônico liberta o caminhoneiro da mão dos intermediários”, ressaltou.

Segundo ele, o impacto nas rodovias do aumento do limite do excesso de carga por eixo é mínimo.

O presidente Jair Bolsonaro assinou nesta terça-feira decreto sobre programa de incentivo ao transporte rodoviário.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 19/05/2021

GREVE NOS PORTOS PARALISA EMBARQUE DE GRÃOS NA ARGENTINA, DIZ AGÊNCIA

Trabalhadores exigem que tripulações de navios entrem em grupo prioritário para vacinação contra a covid-19

Por Valor — São Paulo

As exportações argentinas de grãos foram interrompidas nesta quarta-feira devido a uma greve nos portos do país. Os trabalhadores exigem a inclusão das tripulações dos navios no grupo prioritário para vacinação contra a covid-19, informa a agência Reuters. A paralisação interrompeu as atividades no centro portuário de Rosário, de onde saem cerca de 80% dos produtos agrícolas do país.

Estivadores (trabalhadores que preparam os navios para recebimento da carga), capitães de rebocadores e práticos (que guiam as embarcações na chegada e saída dos portos) participam da greve. Segundo os sindicatos, a paralisação vai se estender por 48 horas. O prazo expira na tarde desta quinta-feira.

“Todos os embarques estão parados”, disse à Reuters Guillermo Wade, gerente da Câmara de Atividades Portuárias e Marítimas (CAPyM). Pelo menos sete barcos foram carregados ontem em Rosário e estavam prontos para zarpar, mas os sindicatos impediram a partida, afirma ele.

Mesmo após o fim da greve, os navios terão dificuldade para zarpar, acrescenta Wade, porque a falta de chuvas reduziu o nível do rio Paraná. “Esses sete navios, atracados nos portos de Timbues, San Martín e San Lorenzo, estão agora muito pesados para navegar. A profundidade do rio está cada vez menor”, explicou.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 19/05/2021

MINÉRIO DE FERRO INTERROMPE SÉRIE DE ALTAS E CAI 3,7% NO PORTO DE QINGDAO

Nova rodada de restrição às atividades de sinterização em Tangshan, principal polo siderúrgico na China, influenciou na negociação

Por Stella Fontes, Valor — São Paulo

Os preços do minério de ferro interromperam nesta quarta-feira a trajetória de alta vista desde o início da semana e recuaram no mercado à vista, após nova rodada de restrição às atividades de sinterização (beneficiamento do minério) em Tangshan, principal polo siderúrgico na China

O maior controle sobre as operações de usinas siderúrgicas pelo governo chinês, numa tentativa de reduzir as emissões de poluentes, se refletiu em menor atividade comercial nos portos chineses, segundo fontes ouvidas pela Fastmarkets MB.

Segundo a publicação especializada, o minério com teor de 62% de ferro encerrou o dia com queda de 3,7%, para US\$ 216,16 por tonelada, reduzindo a 14,5% os ganhos acumulados em maio. Em 2021, a commodity tem valorização de 34,7%.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 19/05/2021

CSN ALEGA ALTA DE CUSTOS E PREPARA REAJUSTE DE 15%

Aumento de 15% será dividido entre junho e julho. Em maio, empresa já repassou de 15% a 18% nos preços dos produtos siderúrgicos

Por Ivo Ribeiro e Ana Paula Machado — De São Paulo



[https://s2.glbimg.com/6-YFj6ooqyaEHxCWCqJ7Aew-Dok=/984x0/smart/filters:strip_icc\(\)/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/interal_photos/bs/2021/f/Y/XXHAL0SBeo7nVu29tqKg/foto19emp-201-aco-b2.jpg](https://s2.glbimg.com/6-YFj6ooqyaEHxCWCqJ7Aew-Dok=/984x0/smart/filters:strip_icc()/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/interal_photos/bs/2021/f/Y/XXHAL0SBeo7nVu29tqKg/foto19emp-201-aco-b2.jpg)

Carlos Loureiro, do Inda, diz que outras siderúrgicas estudam aumento de preços, mas prêmio atual em relação à China é de 5%, "o que seria suportável" — Foto: Silvia Costanti/Valor

Com a alta dos custos puxada pelos preços do minério de ferro e da sucata atingindo níveis históricos, a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) vai reajustar novamente os preços em junho e julho. A terceira maior siderúrgica do país já aplicou aumento de 15% a 18% no dia 1º de maio. Agora, segundo informou uma fonte da companhia, o novo reajuste será de 15%, dividido em duas parcelas iguais nos meses de junho e julho.

A empresa produz aços laminados a quente e a frio, zincados, pré-pintados, folhas metálicas e vergalhões na usina em Volta Redonda (RJ) e em instalações em Porto Real (RJ) e Araucária (PR). Os argumentos para a nova alta continuam sendo o aumento das principais matérias-primas (minério de ferro, carvão e sucata), o câmbio elevado (dólar em torno de R\$ 5,30) e o prêmio baixo (5%) em relação ao material importado colocado no país.

A bobina a quente na China é exportada a US\$ 1.011 a tonelada. No início deste mês, a CSN aplicou 15% para vergalhões, 16% para laminado a quente, 16,5% para zincado, galvanizados e pré-pintados, 16,75% para folha metálica e 18% para laminado a frio, segundo informação da companhia.

Os preços do minério de ferro atingiram alta histórica na semana passada, superior a US\$ 230 a tonelada no mercado à vista chinês. Na sexta-feira o preço recuou para próximo de US\$ 200 a

tonelada. No entanto, nesta semana, com as vendas aquecidas de aço no mercado chinês, a cotação da matéria-prima voltou a subir e fechou ontem no porto de Qingdao acima de US\$ 224 a tonelada (minério com 62% de ferro). Já a sucata vem acumulando alta no ano, e em na semana passada chegou a US\$ 558 a tonelada.

Os constantes reajustes nos preços do aço no Brasil fizeram com que os distribuidores de produtos siderúrgicos adotassem uma nova estratégia comercial. Segundo o presidente executivo do Instituto Nacional dos Distribuidores de Aço (Inda), Carlos Loureiro, as empresas, para manterem as margens saudáveis, devem manter nível de estoque capaz de assegurar até 2,5 meses de vendas. Antes, a regra era de um volume para 3,2 a 3,5 meses de comercialização.

Em abril, os distribuidores seguiram a nova máxima e fecharam com estoques de 713,2 mil toneladas. Esse volume, no entanto, equivale a 2,1 meses de vendas. “O estoque ideal é de 2,5 meses de vendas. Não é aconselhável voltar aos níveis de 3,2 meses a 3,5 meses como era no passado, principalmente agora que estamos em um ciclo de alta com os preços muito elevados lá fora”, disse Loureiro.

Segundo ele, deverá haver uma acomodação nos preços daqui para frente e ter um estoque formado com os valores atuais pode reduzir as margens das empresas. “O prêmio em relação ao preço na China é de 5%, o que é suportável. Não vejo dificuldades nesse nível de preços. No entanto, o aumento desse percentual vai depender do comportamento do dólar e do preço internacional.” Loureiro ressaltou que, além da CSN, outras usinas já pensam em novos reajustes em junho.

Segundo o Inda, as vendas de aço pelos distribuidores cresceram 106,1% em abril no comparativo com o mesmo mês do ano passado. Foram comercializadas 343,1 mil toneladas ante 166 mil toneladas em abril de 2020. No acumulado do ano, a alta nas vendas dos distribuidores foi de 31,2%, chegando a 1,3 milhão de toneladas. Já nos 12 meses terminados em abril, segundo o Inda, foram comercializadas 3,92 milhões de toneladas, aumento de 21,4%.

Loureiro ressaltou que a venda diária em abril foi a melhor desde 2013, quando se chegou a 17,4 mil toneladas. No mês passado, os distribuidores venderam diariamente 17,2 mil toneladas. “Em 2020, abril foi o pico da crise, chegamos a vender 8,7 mil toneladas por dia. Mas, apesar do bom momento no mês passado, acredito que haverá uma acomodação ao longo do ano, e deveremos fechar 2021 com uma alta de 8%”, disse.

Nas compras, a alta foi de 92,7% em abril no comparativo com o mesmo mês de 2020, chegando a 345,1 mil toneladas. No acumulado do ano, as compras atingiram a 1,34 milhão de toneladas, aumento de 27,4%. Já nos doze meses, as compras foram de 3,75 milhões de toneladas, alta de 17,1%.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 19/05/2021

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

KAWASAKI FORNECERÁ PRIMEIRO AUV COM BRAÇO ROBÓTICO PARA INSPEÇÕES SUBMARINAS

Da Redação OFFSHORE 18 Mai 2021

A Kawasaki Heavy Industries, Ltd. anunciou nesta terça-feira (18) o recebimento de um pedido da Modus Subsea Services Limited no Reino Unido para um AUV 1 chamado Spice.

A Kawasaki realizou pesquisa e desenvolvimento para AUVs em resposta à crescente demanda por manutenção de dutos em campos de petróleo e gás offshore. Spice é o primeiro AUV do mundo equipado com um braço robótico para realizar inspeções de dutos submarinos, desenvolvido com

base na fusão de tecnologias relacionadas a submarinos e tecnologias de robôs industriais promovidas na Kawasaki ao longo de muitos anos.



<https://cdn-pen.nuneshost.com/images/210518-spice.jpg>

O Spice será usado para operações no Mar do Norte e outras áreas marítimas ao redor do mundo após a entrega à Modus em 2021.

Um braço robótico equipado com uma unidade de ferramenta de inspeção no final permite que o Spice execute serviços de curta distância em dutos submarinos, o que não é possível com os AUVs tradicionais. Além disso, é operado por meio de uma

docking station também desenvolvida pela Kawasaki, que aumenta a eficiência da operação de inspeção e reduz os custos, além de beneficiar as tripulações que trabalham em um navio de apoio, reduzindo sua carga e melhorando a segurança.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 19/05/2021



MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA

MERCOSHIPPING DISPONIBILIZA O INFORMS TAMBÉM ATRAVÉS DE RSS

Agora ficou mais fácil acompanhar as notícias publicadas no InforMS. A publicação enviada diariamente está agora disponível em tempo real no formato RSS.

Para utilizar os recursos de "feeds" é necessário ter um software agregador de notícias instalado em seu computador. Basta inserir o link do arquivo XML do InforMS <http://www.mercoshipping.com.br/feed.xml> no seu agregador para receber as notícias.

Para obter maiores informações consulte as instruções constante no site da Merco Shipping (www.mercoshipping.com.br).

Fonte : InforMS
Data : 20/04/2006